

**CERTIDÃO DE COLETA DE PREÇOS - 007/2025**

Eu, Ezequiel Sousa Silva, servidor público efetivo da Câmara Municipal de Maracanaú, matrícula 1566, atualmente exercendo a função de Agente de Cotação no Núcleo de Planejamento - NUPLAN, conforme portaria de designação nº 013/2024, desempenho minhas atividades na Diretoria Geral – DIGR. Com base nas atribuições que me foram conferidas:

**CERTIFICO** que realizei as cotações de preços de acordo com solicitação e especificação em anexo, a fim de apurar valor de mercado para possível Contratação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria administrativa na área de licitações e contratos públicos para atender à Câmara Municipal de Maracanaú-Ce.

**CERTIFICO** que as cotações foram realizadas conforme determina a nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021), que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a Resolução nº 011/2023 de 22 de dezembro de 2023 da Câmara Municipal de Maracanaú. Dentre as fases da despesa pública ressaltamos a importância das fases iniciais de planejamento, que consiste na identificação e especificação das necessidades da Administração Pública incluindo-se o levantamento de custos prévios para cada objeto, resguardando-se princípios como economicidade e eficiência, impendendo destacar que um planejamento coerente, da base a uma obtenção eficiente de valores prévios e em consequência valores de contratação, elevando a assertividade da administração pública no atendimento integral das demandas de interesse público. O planejamento das despesas públicas tem previsão no art. 28 da Lei 14.133/2021, que tratam das modalidades tradicionais de licitação. No que tange ao levantamento de custos prévios para atesto da vantajosidade econômica e financeira nas contratações públicas, é salutar mencionar que este também está previsto na Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas, e deve ser sempre providenciado na fase interna da despesa, seja passível de licitação ou não, sempre priorizando uma “ampla pesquisa de preços”. Desta forma para elaboração do mapa de preços, foram considerados os critérios de contratações similares realizadas pela administração pública no período de até um ano anterior à data da pesquisa de preços, além das pesquisas diretas com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação por e-mail.

**CERTIFICO** que foram enviadas 3 (três) solicitações por e-mail, visando apurar preço de mercado para balizamento do processo administrativo em curso. Dentre as solicitações enviadas, todas foram respondidas. Vale ressaltar que, diferente da legislação anterior a Lei nº 14.133/2021 agora traz em seu bojo de forma clara e detalhada como deve ser o procedimento de pesquisa de preços, reiterando sua obrigatoriedade desde a preparação do certame, passando a reunir todas as formas aceitáveis para a coleta de preços no art. 23, e finalmente legislando sobre a pesquisa direta com o fornecedor, prática anteriormente praticada com fulcro em entendimentos das Cortes de Contas. O citado art. 23 ensina que dentre as formas de pesquisa de preços disponíveis uma é a consulta ao fornecedor. Impende destacar que o roll elaborado na lei até esta data não possui entendimento pacificado acerca de prioridades, estando a Unidade Gestora livre para optar pela melhor forma de cotação dentro de suas possibilidades tecnológicas, humanas e regionais, afinal os valores de um serviço ou produto é suscetível a alterações conforme a localização geográfica, os meios de produção são diferenciados, incidem ainda impostos estaduais ou municipais, frete, logística de

*[Handwritten signature]*

entrega ou prestação do serviço, afora as peculiaridades de cada macro e microrregião. Dessa forma é de suma importância observar a melhor forma de garantir uma pesquisa que reflita a realidade dos preços praticados no mercado. Ficando ao arbítrio do Ente a escolha abalizada, responsável e planejada da forma de coleta de preços, podendo, nos termos da lei, serem usadas formas "combinadas ou não" dos incisos constantes no art. 23 da Lei nº 14.133/2021. A consulta ao fornecedor deve ser feita com no "mínimo 3 (três) fornecedores mediante solicitação formal de cotação "e urge" que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência", ou seja, a coleta com fornecedores antes baseada em decisões administrativas do TCU e demais Cortes de Contas agora resta normatizada, passando a ser lei. É de se convir que para alguns serviços de cunho regional em especial há uma necessidade de obter valores locais, ou até mesmo quando se pretende incentivar o comércio local, seguindo a Lei Complementar nº 123/2006, que privilegia as pequenas e microempresas, é indispensável à pesquisa de preços local. Acerca da combinação de formas para embasar a pesquisa de preços é pacificada a corrente que entende que o ato deva ser amplo, buscando em várias fontes diversas. Esse conjunto de preços pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos inclusive aqueles constantes no Comprasnet, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado. Em linhas gerais resta justificada de pronto a escolha de fornecedores cadastrados ou que já tenham mantido algum vínculo com o Ente, como a prestação de serviço anterior, ou a venda de bens em algum momento, restando explicada a opção pelos fornecedores específicos. Por todo o exposto, é inquestionável a necessidade de um planejamento eficiente das despesas públicas levando-se em conta as características detalhadas de cada objeto e uma estimativa prévia de custos diversificada.

**CERTIFICO** que realizei consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponibilizado pelo Governo Federal, através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pl-br>, para obter cotações mediante preços públicos;

**CERTIFICO** que se utilizou do sistema informatizado de gerenciamento e elaboração do fluxo de contratações (aContratação) para auferir valor de mercado, adquirido por esta casa legislativa por meio do contrato nº 1034, firmado com a empresa ASSESI BRASIL LTDA, CNPJ: 14.769.245/0001-92.


**CERTIFICO** que, para a apuração dos valores a serem utilizados como referência no processo administrativo, foi utilizada a mediana e que o valor total obtido é de R\$ 61.515,00 (*sessenta e um mil quinhentos e quinze reais*).

**CERTIFICO** que o período da realização a consulta de preços deu-se início dia 24/03/2025, tendo sua conclusão no dia 02/04/2025.

**CERTIFICO** que a consulta nas fontes elencadas nos itens anteriores proporcionou a confecção da Certidão de coleta de preços sob o nº 007/2025, acompanhada com o mapa que descreve os valores válidos obtidos. Seguem anexos todos os documentos comprobatórios da realização das coletas.

**CERTIFICO** por fim que a referida certidão atende ao disposto no art. 23 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021, que estabelece que o valor estimado para uma contratação deva ser compatível com o mercado.

Eu, Ezequiel Sousa Silva, procedi às buscas, digitei, subscrevo, dou fé pública e assino.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ  
**Ezequiel Sousa Silva**  
NUPLAN - Agente de Cotação  
Mat.: 1566

Maracanaú, 02 de Abril de 2025.

Ezequiel Sousa Silva  
NUPLAN - Agente de Cotação  
Câmara Municipal de Maracanaú



**PORTARIA Nº 013, de 22 de janeiro de 2024.**

O Presidente da Câmara Municipal de Maracanaú, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município;

**Considerando** o contido na Lei Municipal nº 3.499, de 22 de dezembro de 2023, que dispõe sobre alteração da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Maracanaú para implementação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**Considerando** a Resolução nº 010, de 22 de dezembro de 2023, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no âmbito do Poder Legislativo do município de Maracanaú;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** DESIGNAR o Servidor **Ezequiel Sousa Silva**, matrícula 0001566, titular do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para compor o Núcleo de Planejamento (NUPLAN), parte integrante do Departamento de Apoio Administrativo (DEPAD).

**Art. 2º.** Compete ao servidor ora designado atuar como AGENTE DE COTAÇÃO interna da licitação, conforme prevê o art. 2º, § 2º, inciso IV da Lei Municipal nº 3.499/2023, o art. 4º, inciso XII e os arts. 23 e 24 da Resolução nº 010/2023.

**Art. 3º.** Conceder Gratificação Setorial Licitatória (GSL) no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o seu vencimento base, a partir desta data.

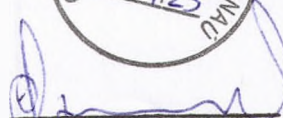
**Art. 4º.** A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

PAÇO SEIS DE MARÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ, aos 22 de jan:  
2024.

José Valdeni Gomes Peixoto  
PRESIDENTE



  
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ  
Ezequiel Sousa Silva  
NUPLAN - Agente de Cotação  
Mat.: 1566

22 01 24  
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ  
Luana Brito de Faria  
Chefe de Gabinete da Presidência  
Matrícula: 1596